

UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
BACHARELADO EM DIREITO

JULIANA RONCHI RODRIGUES

TUTELA ANTECIPADA

SÃO CAETANO DO SUL – SP

2014

JULIANA RONCHI RODRIGUES

TUTELA ANTECIPADA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à UNIVERSIDADE MUNICIPAL
DE SÃO CAETANO DO SUL como requisito
parcial à obtenção do grau de Bacharel em
Direito.

SÃO CAETANO DO SUL – SP

2014

JULIANA RONCHI RODRIGUES

TUTELA ANTECIPADA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Municipal De
São Caetano Do Sul como requisito à
obtenção do grau de Bacharel em Direito

São Caetano do Sul, ____ de _____ de 2014.

Banca Examinadora

.

Prof. Ms.– Orlando Antonio Bonfatti

Orientador

2º Examinador

3º Examinador

Nota: _____

SÃO CAETANO DO SUL – SP

2014

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela vida que me concedeu e por toda a força de vontade que me proporcionou e proporciona para lutar pelos meus sonhos, e buscar pelos meus objetivos.

Agradeço especialmente aos meus pais Marcio e Sandra, pelo exemplo de vida, sempre demonstrando a coragem que tiveram para criar e educar da melhor forma suas duas filhas oferecendo o amor incondicional, ensinando que nunca se pode desistir dos seus sonhos, demonstrando a coragem que sempre tiveram, e a esperança de que o amanhã poderá ser melhor que hoje, agradeço a dedicação de ser verdadeiros amigos, e de transbordar amor e carinho incondicional de uma verdadeira família, pois sem eles essa trajetória não teria sido possível de se concluir.

Agradeço a minha irmã Gabriela, que mesmo sendo a caçula da família, consegue demonstrar que de nossas vidas escreve uma linda musica, o qual me traz motivação de lutar para ser uma pessoa melhor, para que ela tire como exemplo algo bom que eu tenha feito, para que ela consiga lutar e traçar o seu próprio caminho, tendo a consciência de que nada será fácil, mas tudo será possível.

Não poderia deixar de agradecer meu noivo Danilo, que me acompanhou desde o inicio dessa trajetória de mais um sonho realizado, pois sempre me apoio, incentivou, e demonstrou o quanto acreditou que eu fosse capaz de traçar meus objetivos, demonstrando desde o inicio ser verdadeiramente um companheiro com todo seu amor, carinho e compreensão, fazendo que eu tenha a certeza que é ao seu lado que quero continuar a crescer, e se possível poder participar do seu crescimento, e junto fazer parte de suas realizações.

Agradeço a Daiane, e minhas amigas Bruna, Nathalia e Samanta, pelo voto de confiança que sempre me proporcionaram, e principalmente de acreditar que eu seria capaz de chegar até onde estou, e ainda continuar a acreditar que poderei crescer por muito mais.

Aos meus amigos, e demais familiares e aqueles que de algum modo contribuíram para a elaboração este trabalho.

E por fim, ao meu excelentíssimo orientador Professor Ms. Orlando Antonio Bonfatti, por me orientar nesse trabalho de conclusão, por ser um excelente professor em todos estes anos, me dando a oportunidade de obter uma parte de seu conhecimento jurídico, tendo-o como um ídolo na carreira jurídica, não posso deixar de agradecer a confiança que depositou, não só em mim, mas em todos os seus alunos, afirmando o quanto cada um é capaz de traçar o seu objetivo. Obrigada pelos seus ensinamentos, e palavras que incentivam a continuar até o fim.

“Dedico este trabalho a minha mãe Sandra e ao meu pai Marcio, por serem minha base de vida, sempre acreditando na minha capacidade incondicionalmente”.

RESUMO

O presente trabalho efetua uma análise de aplicabilidade do instituto da antecipação da tutela, introduzido na redação do artigo 273 do Código de Processo Cível, que busca tutelar o direito do reclamado para antecipar o efeitos práticos da sentença, para priorizar a prevenção do dano ao processo, evitando que ocorra um dano irreparável ou de difícil reparação.

A busca foi respaldada em estudos, obras e artigos já publicados que discorrem sobre o tema, pretendendo analisar desde seus antecedentes históricos até a execução da tutela antecipada, trilhando por caminhos que observam os requisitos genéricos e específicos para o seu deferimento, as suas características de reversibilidade, recurso cabível para impugnação, e a legitimação e competência.

Palavra-chave: Tutela Antecipada. Urgência. Dano Irreparável irreversibilidade.

ABSTRACT

This paper makes an analysis of the applicability of the institution of advance relief, introduced in the writing of article 273 of the Code of Civil Procedure, which seeks to protect the right of the claimer to anticipate the practical effects of the ruling to prioritize the prevention of damage to the process by preventing irreparable or difficult to repair damage.

The search was supported by studies, books and articles that have been published discussing the subject, hoping to examine from their historical antecedents to execution of the injunction, treading paths that observe the generic and specific requirements for your deferral, characteristics of reversibility, appropriate challenge for appeal, and the legitimacy and competence.

Keyword: Injunctive Relief. Urgency. Irreparable damage irreversibility.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
INTRODUÇÃO	11
1. DEFINIÇÃO DE TUTELA ANTECIPADA.....	13
1.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA SOBRE A TUTELA ANTECIPADA	13
1.2 EVOLUÇÃO DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO.	13
1.3 A TUTELA ANTECIPADA NO BRASIL.....	15
1.4 CONCEITO.....	16
1.5 DIFERENCIAÇÃO ENTRE TUTELA ANTECIPADA E MEDIDA CAUTELAR	17
1.6 FUNGIBILIDADE ENTRE A TUTELA ANTECIPADA E A TUTELA CAUTELAR	18
1.6.1 <i>Princípio da fungibilidade</i>	18
1.6.2 <i>Utilização da Fungibilidade entre a tutela antecipada e a tutela cautelar</i> .	18
2. FUNDAMENTOS DA TUTELA ANTECIPATÓRIA	22
2.1 Pressupostos	23
2.1.1 Requerimento da Parte	23
2.1.2 Prova Inequívoca.	24
2.1.3 Verossimilhança da alegação.....	24
2.1.4 Perigo de Dano Irreparável ou de Difícil Reparação	25
2.1.5 Abuso de Direito de Defesa ou o Manifesto Propósito Protelatório do Réu	26
3. MOMENTOS DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA.....	27
3.1 Procedimentos Compatíveis com a Tutela Antecipada	27
3.2 Tutela Antecipada na Execução	28
3.3 Tutela Antecipada na Obrigação de Fazer ou não Fazer (art.461, §3º, do CPC) e de entrega de coisa (art.461-A, §3º)	29
3.3.1 Tutela Antecipada na Obrigação de Fazer ou não Fazer art.461, §3º, do CPC.....	29
3.3.2 Tutela Antecipada de dar, entregar ou restituir coisa art.461-A, do CPC	34
3.4 Da Necessidade de Decisão Fundamentada	35
3.5 Da Irreversibilidade	37
3.6 Momento Da Concessão Da Tutela Antecipada.....	39
3.6.1 Deferimento de Plano	39
3.6.2 Tutela Antecipada na Fase da sentença	40
3.6.3 Tutela Antecipada na Fase Recursal	41
3.7 Recurso Cabível Contra Decisão que Aprecia o Pedido de Antecipação de Tutela.....	42

3.8	Da Revogação	44
3.9	Efetivação das tutelas antecipadas	46
4.	DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA O ESTADO	48
4.1	Da possibilidade de tutela antecipada em desfavor da Fazenda Pública	48
CONCLUSÃO		51
REFERÊNCIAS.....		53

INTRODUÇÃO

A antecipação da tutela antecipada foi inserida no sistema processual brasileiro através da Lei de nº 8.952 de 13 de dezembro de 1994, e reintroduzido através de novos artigos em 2002.

Mesmo a tutela jurisdicional tendo previsão anterior, foi com a lei supramencionada que se deu o auge para aplicabilidade da tutela de urgência.

Deve-se destacar que com a Lei nº 10.444 de 2002, é que se deu a ampliação da tutela antecipada, com a possibilidade de aplicabilidade o Princípio da Fungibilidade, diante a criação do sétimo parágrafo para o artigo 273 do Código de Processo Civil.

Esse trabalho procurou esclarecer de forma clara e precisa as dúvidas existente em relação ao instituto da antecipação da tutela, que hoje se é muito utilizado no mundo jurídico.

Dessa forma, buscou-se apresentar de uma forma clara um estudo sobre a tutela e sua efetividade e a importância desse instituto para o meio processual.

Contudo, foi explanado sobre a evolução histórica, seu conceito jurisdicional, os pressupostos, bem como foram abordados todos os requisitos necessários para objetivar a antecipação de tutela, onde se deixou claro e demonstrado todos os requisitos para a concessão deste instituto pelo juízo requerido.

Foi buscado também, demonstrar o cabimento da aplicação da tutela, bem como os procedimentos para aplicabilidade, a possibilidade da aplicação juntamente com o Princípio da Fungibilidade com a tutela urgente e as cautelares, onde ficaram demonstradas as características, bem como as diferenças destes institutos.

Muito mais do que a aplicabilidade e sua efetividade, foi buscado a esclarecer os casos de revogação da tutela, explicando o modo de como a doutrina entende que o juiz pode ou não revogar a tutela, bem como saber dos recursos que seriam cabíveis, contra as decisões que concedeu ou não, ou que decidiu pela revogação ou não a tutela antecipada.

Contudo, também deixará claro como vem se formando os entendimentos das jurisprudências, ficando demonstrado o caminho que os tribunais estão seguindo para a manutenção do instituto em casos concretos que cheguem a eles para uma justa decisão.

Ficará deste estudo a justificativa da importância deste instituto no Processo Civil Brasileiro, visando buscar a urgência que se demonstra em antecipar jurisdicionalmente um pedido, sem que haja demora da sentença, para que não venha prejudicar ainda mais a parte lesada, por um dano que possa ser irreparável ou de difícil reparação, que possam a vir ocorrer com a demora da sentença definitiva.

1. DEFINIÇÃO DE TUTELA ANTECIPADA

1.1 Evolução Histórica sobre a Tutela Antecipada

A tutela antecipada tem sua origem em seu contexto histórico no direito romano clássico.

De início a antecipação da tutela lutava pela preservação dos bens envolvidos no processo lento e demorado, a fim de assegurar uma rápida solução afastando de eventual situação perigosa à sua conservação. Tais medidas tinham como fundamento de “serem verdadeiras as alegações de quem as pedia e no perigo de demora”.

Mas, precisamente no ordenamento jurídico Italiano, a tutela antecipada teve suas bases moldadas, passando a defender “providencias do mérito”, algo mais efetivo que a medida cautelar, para antecipar na medida do necessário passando a exigir uma ampliação, não só de conteúdo, mas também de acesso, para que evitasse situações de privilégio e discriminação.

A partir dessa evolução, todo direito europeu, para conceber a tutela assegurou-se na análise do mérito, segundo a explanação apresentada por Humberto Theodoro Júnior (volume II, 46ª edição) mesmo na França onde inexistia regulamentação geral do poder da cautelar e de medidas provisórias, como no direito alemão e no italiano, a possibilidade de antecipação de tutela foi também acolhida, sob a justificativa de existirem questões de mérito cujo retardamento de solução se revela insuportável.

1.2 Evolução do Processo Civil Brasileiro.

A evolução do Código de Processo Civil brasileiro vem acontecendo constantemente com a evolução da doutrina processual e o crescente interesse pelo estudo do ramo do Direito.

Durante o Império, o processo civil limitou-se a obedecer às leis portuguesas. Com o regulamento nº 737, de 25-11-1850 disciplinaram de uma forma mais objetiva as causas comerciais a qual reduziu os prazos processuais com a intenção de acelerar a prestação jurisdicional.

Em 1891 a Constituição autorizou os Estados a legislar sobre o processo, sendo considerados os códigos estaduais mais avançados o da Bahia e o de São Paulo respectivamente em 1915 e 1930.

Em 1934 foi estabelecida a unidade do processo civil em todo o País, situação que se manteve até a Carta de 1937. Já em 1939, Pedro Batista Martins, se encarregou de elaborar um projeto de um Código de Processo Civil, se transformando esse projeto no Decreto nº 1.608, de 18-09-1939.

O “Código de 39” apresentou inquestionável avanço técnico ao consagra os princípios da publicidade e da oralidade e conferir ao juiz maior soma de poderes na instrução probatória. Entretanto foi a evolução, o grande número de procedimentos especiais e o complicado sistema de recursos não permitiram alcançar o escopo maior do legislador: a celeridade processual.

Finalmente, sobreveio a Lei nº 5.869, de 11-01-1973, com vigência a partir de 1º-01-1974, que passou a ser conhecida como o “Código de 73”.

Com diversas críticas endereçadas pela doutrinas, e o surgimento de leis extravagantes, tornou-se necessária a reformulação do Código de 39.

O governo Federal incumbiu Alfredo Buzaid, professor da Faculdade de Direito de São Paulo, de elaborar o anteprojeto do Código de Processo Civil.

O anteprojeto foi revisto por José Frederico Marques, Luís Machado Guimarães e Luís Antônio de Andrade sendo submetido ao Congresso Nacional aprovado e promulgado pela Lei 5.869/73, surgindo assim o novo Código de Processo Civil atualmente em vigor.

O atual Código de Processo Civil possui 1.220 artigos, sendo divididos em cinco livros: I - do processo de conhecimento; II - do processo de execução; III - do processo cautelar; IV - dos procedimentos especiais; V - das disposições finais e transitórias.

1.3 A Tutela Antecipada no Brasil

A tutela antecipada não era totalmente desconhecida em nosso ordenamento jurídico. O exame do Código de Processo Civil revela uma forma especial de tutela antecipada, prevista no artigo 928, onde se permite a antecipação do mérito da demanda, nas ações possessórias, com força nova, desde que presentes os requisitos específicos.

A antecipação de tutela, conforme visto, já era entidade processual conhecida no nosso ordenamento jurídico. Contudo, apresentava-se sem uma construção sistematizada e com aplicação genérica, já que só poderia ser deferida em situações específicas e vinculada a determinadas relações jurídicas.

Historicamente, no curso normal do processo, somente concebia-se a execução posterior à sentença definitiva, de modo a resguardar o suposto devedor de qualquer intromissão em seu patrimônio enquanto não se julgasse exaustivamente a lide.

Uma das inovações mais significativas trazida pelo direito processual civil brasileiro consiste no artigo 273 do Código de Processo Civil (Lei nº 8.952/94).

A referida Lei alterou a norma anteriormente aplicada para permitir a antecipação da tutela de mérito, nos casos específico que menciona.

Trouxe uma tutela diferenciada, sendo ousada na sua generalidade, ao fugir dos princípios tradicionais de segurança, tais como a necessidade de um procedimento de cognição plena e exauriente, ao contraditório, à ampla defesa, ao direito à prova, tudo exaltado no contexto do devido processo legal e apto à formação da coisa julgada material.

A tutela tem seu objetivo de ser provisória e tempestiva proteção contra a denegação da justiça, e também uma ordem jurídica justa, com a preocupação de outorgar a tutela de direitos de modo efetivo, adequado e tempestivo, mediante instrumentos hábeis.

O legislador buscou a simplificação, a rapidez e especialmente a efetividade e a tempestividade jurisdicional, buscando como objeto da antecipação a natureza jurídica da tutela antecipada.

1.4 Conceito

De acordo com o artigo 273 do Código de Processo Civil:

Art. 273 – O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:
I – haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou
II – fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

§ 1º Na decisão que antecipar a tutela, o juiz indicará, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento.

§ 2º Não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade de provimento antecipado.

§ 3º A efetivação da tutela antecipada observará, no que couber conforme sua natureza, as normas previstas nos arts. 588, 461, §§ 4º e 5º, e 461-A.

§ 4º A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada.

§ 5º Concedida ou não a antecipação da tutela, prosseguirá o processo até o final julgamento.

§ 6º A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.

§ 7º Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.

Conceitua João Batista Lopes, que a antecipação de tutela:

Trata-se, portanto, de decisão interlocutória (e não de sentença), por via da qual o juiz concede ao autor o aditamento de efeitos da sentença de mérito com caráter satisfativo.

Não se cuida, pois, de julgamento antecipado da lide, como se verá mais adiante, mas de medida de caráter provisório que visa a tutelar mais eficaz e prontamente o direito do autor sempre que ele preencher os requisitos exigidos pela lei.¹

No mesmo tema conceitua Marcus Vinicius Rios Gonçalves:

A antecipação da tutela consiste na possibilidade de o juiz antecipar os efeitos da sentença, para uma fase do processo anterior àquela em que normalmente tais efeitos seriam produzidos.²

¹ LOPES, João Batista. **Tutela Antecipada no Processo Civil Brasileiro**. 2ª edição. Editora Saraiva. São Paulo: 2003. p. 50.

² GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 3ª edição revistas e atualizada. Editora Saraiva. São Paulo: 2013. p.690

A tutela antecipada é a possibilidade de o juiz conceder ao autor um provimento imediato mesmo que, provisoriamente, lhe assegure o bem jurídico a que se refere a prestação de direito material reclamado como objeto da relação jurídica envolvida no litígio.

Em síntese com a antecipação, o autor poderá obter uma consequência jurídica do processo, que só obteria normalmente muito mais tarde.

Conforme Humberto Theodoro Júnior:

Justifica-se a antecipação de tutela pelo princípio da necessidade, a partir da constatação de que sem ela a espera pela sentença de mérito importaria denegação de justiça, já que é efetividade da prestação jurisdicional restaria gravemente comprometida.³

1.5 Diferenciação entre Tutela Antecipada e Medida Cautelar

Para Marcus Vinicius Rios Gonçalves, a diferenciação da Tutela Antecipada e Medida Cautelar, é a satisfatividade, vejamos:

A satisfatividade é o meio mais útil para distinguir a tutela antecipatória da cautelar. As duas são provisórias, e podem ter requisitos muito assemelhados, como a verossimilhança do alegado, e o perigo de prejuízo irreparável.

Mas somente a antecipação tem natureza satisfativa, o juiz já concede os efeitos que, sem ela, só poderia conceder no final. Na cautelar, o juiz não defere, ainda os efeitos pedidos, mas apenas uma medida protetiva, assecurativa, que preserva o direito do autor, que corre risco em decorrência da demora no processo.⁴

Da mesma forma entende Humberto Theodoro Júnior, ao discorrer sobre a diferenciação da tutela antecipada e medida cautelar:

A tutela antecipatória é satisfativa, parcial ou totalmente, da própria tutela postulada na ação de conhecimento. A satisfação se dá através do adiantamento dos efeitos do provimento postulado. Já na tutela cautelar, segundo a doutrina dominante, há apenas a concessão de medidas cautelares que, diante da situação objetiva de perigo, procuram preservar as provas ou assegurar a frutuosidade do provimento da ação principal. Não é dotado, assim de caráter satisfativo.⁵

³ JUNIOR, Humberto Theodoro. **Curso de Direito Processual Civil. Volume II Processo de Execução e Cumprimento da Sentença Processo Cautelar e Tutela de Urgência**. 46ª edição. Editora Forense, Rio de Janeiro: 2011, p.681.

⁴ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 3ª edição revistas e atualizada. Editora Saraiva. São Paulo: 2013. p. 691.

⁵ JUNIOR, Humberto Theodoro. **Curso de Direito Processual Civil. Volume II Processo de Execução e Cumprimento da Sentença Processo Cautelar e Tutela de Urgência**. 46ª edição. Editora Forense, Rio de Janeiro: 2011, p. 690.

Conclui-se, portanto que a antecipação de tutela é de natureza satisfativa, uma vez que se é antecipado os efeitos da sentença que seria concedida ao final. Já a medida cautelar é de natureza protetiva, pois visa a proteger a demanda principal para que não seja o autor prejudicado com a demora do decorrer do processo.

1.6 Fungibilidade entre a tutela antecipada e a tutela cautelar

1.6.1 Princípio da fungibilidade

O princípio da fungibilidade consiste na possibilidade de o juiz conceder a medida de urgência que lhe pareça mais adequada para proteger o direito da parte, ainda que não corresponda a medida postulada.

No Código de Processo Civil por mais de uma vez podemos observar a ideia de fungibilidade, seja entre os recursos, ações possessórias e entre as cautelares. O que podemos notar de comum entre elas é que todas as situações que admitem a aplicação da fungibilidade têm por dificuldade apurar qual o provimento jurisdicional mais adequado a ser postulado

Desse modo, o legislador utiliza-se da fungibilidade quando verificar haver dúvidas sobre a medida processual cabível.

A fungibilidade flexibiliza nos casos em que pode ser acolhida, a adstrição do juiz ao pedido, permitindo que este conceda algo distinto do que foi postulado, existindo risco de prejuízo para o litigante.

1.6.2 Utilização da Fungibilidade entre a tutela antecipada e a tutela cautelar

A fungibilidade entre as tutelas antecipadas e cautelares esta prevista no artigo 273, §7º do CPC, vejamos:

Art. 273 - [...] **§ 7º** Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.

Em que pese, doutrina e jurisprudência tenham empenhado esforços para distinguir de forma precisa uma medida da outra, o que em algumas situações a

distinção entre elas é nítida, uma vez que só no caso da tutela antecipada há coincidência total ou parcial entre o que se antecipa e o que se espera no final.

A respeito da discussão doutrinária acerca da distinção entre tutela antecipada e cautelar, considerável comentário sobre seus reflexos na vida prática é trazido pelo Professor Cassio Scarpinella Bueno:

Não obstante discussão ser interessantíssima e relevantíssima do ponto de vista teórico, começou-se a verificar que, na prática – leia-se, no dia a dia forense –, as incertezas da doutrina passaram a ter aptidão para causar prejuízos ao jurisdicionado, o qual, ao bater nas portas do Judiciário, passou a ver seu pleito indeferido por questões técnicas, formais, indiferentes ao fato que reclamava a concessão de tutela jurisdicional independentemente de seu nome, natureza ou critério classificatório.⁶

A fungibilidade se faz necessária, uma vez que nem sempre será fácil essa distinção, há casos em que haverá dúvida objetiva.

Vejamos exemplos trazidos pelo Professor Marcus Vinicius Rios Gonçalves:

Até mesmo em uma situação comum, como na de sustação de protesto, existem dúvidas. Quando o juiz susta um protesto, ele se limita a tomar a providência meramente acautelatória, de impedir o protesto para que o devedor não sofra prejuízo irreparável? Ou antecipa os efeitos de uma futura declaração de inexigibilidade do título contestado que, obtida, não permite o protesto?

A falta de fungibilidade poderia prejudicar o requerente. Imagine-se que o autor postule a sustentação de protesto como cautelar, e o juiz entenda que se trata de antecipação de tutela: o indeferimento do pedido, apenas por que o autor o qualificou de maneira diversa daquela que o juiz entende mais correta, trar-lhe-ia prejuízo irreparável.⁷

Ainda a respeito da discussão acerca da distinção entre tutela antecipada e cautelar, considerável comentário a respeito da questão de forma prática

Após a introdução do § 7º no artigo 273 do CPC, grande discussão se fez em torno da redação adotada, onde uma interpretação literal levaria a conclusão de que, se pedida a tutela antecipada, poderia ser concedida a cautelar, mas não o contrário. Essa ideia surgiu devido ao entendimento de que os requisitos da tutela antecipada eram mais exigentes do que os da cautelar, desse modo, formulando o

⁶ BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso de sistematizado de direito processual civil**. 4 edição ver e atual editora. Saraiva. p. 136.

⁷ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 3ª edição revistas e atualizada. Editora Saraiva. São Paulo: 2013. p.702.

autor pedido mais exigente, o juiz poderia conceder a tutela cautelar, por ser menos exigente, mas não o contrário.

Sobre esse assunto, discorre Marcus Vinicius Rios Gonçalves:

No entanto, esse entendimento não se sustenta. O legislador, no art. 273, § 7º, do CPC disse menos do que pretendeu dizer. Não existe a aludida relação de mais e menos entre a tutela antecipada de urgência e tutela cautelar. Ambas são mecanismos que têm a mesma finalidade: afastar uma situação de perigo e prejuízo irreparável ou de difícil reparação, quando as alegações do autor forem plausíveis. Apesar das diferenças que se podem apontar entre elas, é preciso considerar que têm muito em comum, pois são proferidas em cognição sumária, com base em mera verossimilhança e com o fim de afastar o perigo.

Se, no início, a preocupação era encontrar as diferenças entre os dois tipos de tutela, em fase mais amadurecida percebeu-se que, diante das finalidades muito próximas, as possíveis diferenças são menos relevantes. O que se quer é que o perigo, a urgência, seja afastada da melhor forma.⁸

A inserção da fungibilidade no ordenamento jurídico pretende dar ao juiz uma margem de liberdade para apreciar a tutela de urgência mais adequada, com vistas a assegurar, a parte, a preservação de seus direitos da demora, sem importar qual a medida requerida e a nomenclatura a ela aplicada.

Ainda nas lições do Professor Marcus Vinicius, interessante conclusão se extrai de sua obra:

[...] a fungibilidade há de ser reconhecida como de Mao dupla: o juiz pode tanto conceder a tutela cautelar, quando tenha sido solicitada a antecipada, como vice-versa.

Como sempre quando há fungibilidade, não é preciso que o juiz determine ao autor que emende ou modifique o seu pedido, bastando que conceda a providência que lhe pareça mais adequada.⁹

O legislador ao criar a fungibilidade entre as tutelas antecipadas e as cautelares visa não deixar nenhum jurisdicionado sem a devida proteção jurisdicional devido a discussões que de forma pratica não influenciam no resultado pretendido. Inserindo em seu escopo princípios processuais importantes como economia processual.

⁸ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 3ª edição revistas e atualizada. Editora Saraiva. São Paulo: 2013. p.702-703.

⁹ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 3ª edição revistas e atualizada. Editora Saraiva. São Paulo: 2013. p. 691/692.

Cassio Scarpinella Bueno nesse contexto discorre:

É ler, no seguinte trecho daquela iniciativa, da lavra dos ministros Sálvio de Figueiredo Teixeira e Athos Gusmão Carneiro, o seguinte; “a redação proposta para o § 6º [que acabou se convertendo no § 7º do art. 273] atende ao princípio da economia processual, com a adoção da fungibilidade do procedimento, evitando à parte a necessidade de requerer, em novo processo, medida cautelar adequada ao caso”.¹⁰

A análise que deve ser feita do artigo 273, § 7º, do CPC, é a de que o juiz pode conceder uma tutela antecipada diferente daquela que foi postulada, quando lhe parecer mais conveniente para alcançar o resultado pretendido, que é sempre afastar a situação de perigo. E pode conceder tutela antecipada, quando requerida cautelar, e vice e versa, desde que seja mais apropriado.

Marcus Vinicius Rios Gonçalves assim conclui:

As tutelas de urgência não são um fim em si mesmas. Elas visam afastar a situação de perigo, o risco de prejuízo. Se o autor formula um pedido de tutela de urgência, o juiz poderá conceder outro, em decisão fundamentada, se verificar que este se afigura mais adequado para alcançar o fim perseguido. E sua decisão não poderá ser considerada extra ou ultra petita, por não corresponder ao que foi pedido, exatamente por força da fungibilidade.

Ela não está limitada à possibilidade de o juiz conceder a medida postulada, ainda que com qualificação diferente dada pelo autor; mas permite a concessão de tutela de urgência distinta da postulada, desde que mais adequada.¹¹

A fungibilidade existe entre a tutela cautelar e a tutela antecipada de urgência, nesse ponto não existem grandes dificuldades para sua aplicação no que diz respeito aos requisitos, uma vez que exigência comum entre elas é a verossimilhança do alegado, e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, seja em qual for o caso, basta que o juiz se convença da plausibilidade, do alegado pelo autor, para que conceda a tutela de urgência seja antecipada ou cautelar.

Observação interessante a respeito da fungibilidade, que não nos cabe aqui aprofundar, mas trazida a título pedagógico, diz respeito a novidade introduzida pelo artigo 273, § 7º, é a possibilidade de deferimento de tutelas cautelares no bojo do processo de conhecimento.

¹⁰ BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso de sistematizado de direito processual civil**. 4 edição ver e atual editora. Saraiva. p.137

¹¹ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 3ª edição revistas e atualizada. Editora Saraiva. São Paulo: 2013. p.703.

O deferimento de providencias cautelares em geral exigia processo autônomo, com natureza específica de cautelar, não se fazendo possível a concessão de tais tutelas no processo de conhecimento, trazendo a necessidade de o requerente ajuizar, seja de forma preparatória, seja de forma incidental, ações cautelares. Do mesmo modo, a tutela antecipada somente poderia ser concedida no bojo do processo principal, sendo forma de antecipar os efeitos daquilo que seria concedido ao final.

Com a inserção da fungibilidade, o juiz pode conceder, dentro do processo principal tanto as tutelas

2. FUNDAMENTOS DA TUTELA ANTECIPATÓRIA

Como já vimos o artigo 273 do Código de Processo Civil, trata da tutela antecipada. Mas não podemos esquecer que o artigo 461, § 3, também traz uma importante passagem para o nosso fundamento.

O artigo 273 do Código de Processo Civil, nos trás três hipóteses distintas, em que pode ser concedida a tutela antecipada, sendo elas¹²: perigo de prejuízo irreparável ou de difícil reparação; abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu e incontroversa, quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.

Já o artigo 461, §3 do Código de Processo Civil, trata da tutela antecipada quando houver pretensão condenatória em obrigação de fazer e não fazer.

Vejamos dos pressupostos:

¹² GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 3ª edição revistas e atualizada. Editora Saraiva. São Paulo: 2013. p. 691/692.

2.1 Pressupostos

2.1.1 Requerimento da Parte

Em princípio, podemos dizer que somente o autor pode pleitear a antecipação da tutela¹³, conforme o que vem expresso no caput do artigo 274: “O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar total u parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial...”.

Na doutrina há divergência ao se tratar da antecipação de ofício, pois Cássio Scarpinella Bueno entende que:

A luz do “modelo constitucional do processo civil”, a resposta mais afinada é a positiva. Se o juiz, analisando o caso concreto, constata, diante de si, tudo o que a lei reputa suficiente para a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, à exceção do pedido, não será isso que o impedirá de realizar o valor “efetividade”, máxime nos casos em eu a situação fática envolver a urgência da prestação da tutela jurisdicional (artigo 273, I) e em que a necessidade da antecipação demonstrar-se desde a análise da petição inicial.¹⁴

Já em sentido oposto, Nelson e Rosa Nery, entende:

É vedado ao juiz conceder “ex officio” a antecipação da tutela da tutela, como decorre do texto expresso do CPC 273, ‘caput’. Somente diante de pedido expresso do autor é que pode o juiz conceder a medida.¹⁵

Segundo Marcus Vinicius Rios Gonçalves o entendimento que tem obtido adesão majoritária da doutrina e da jurisprudência é a vedação ao juiz conceder de ofício a antecipação da tutela, somente sendo pedido expressamente pelo autor:

Parece-nos que, se o processo versar sobre interesses disponíveis, não haverá como conceder, de ofício, a antecipação dos efeitos da tutela, ficando o requerimento ao alvedrio do autor. Mas se versar interesse indisponível, e houver risco de prejuízo irreparável ou de difícil reparação, o juiz poderá, excepcionalmente, concedê-la.¹⁶

¹³ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 3ª edição revistas e atualizada. Editora Saraiva. São Paulo: 2013. p. 692.

¹⁴ BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso de sistematizado de direito processual civil**. 4 edição ver e atual editora. Saraiva. p. 11.

¹⁵ Nelson e Rosa Nery, **CPC comentado**, artigo 273, nota 6.

¹⁶ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 3ª edição revistas e atualizada. Editora Saraiva. São Paulo: 2013. p.692.

2.1.2 Prova Inequívoca.

O vocábulo prova vem do latim: probare, probatio, e significa convencer, persuadir. A prova é o meio de levar ao convencimento do julgador a existência dos fatos, para que possa atuar a jurisdição sobre a vontade humana, regulando a relação controvertida e restabelecendo a paz social.

Conceitua Paulo Afonso Brum Vaz como prova inequívoca:

A prova inequívoca é, no mínimo, a prova convincente, a que não admite erro na apreciação judicial, contrapondo-se à prova ambígua e rarefeita, insuscetível de transmitir segurança e razoável convencimento ao julgador.¹⁷

No mesmo assunto discorre Marcus Vinicius Rios Gonçalves:

A expressão prova inequívoca não pode ser entendida como prova definitiva, cabal, conclusiva, porque o provimento antecipado é provisório, dado em superficial, já que a definitiva é exigida apenas para o julgamento do processo. A expressão deve ser interpretada como prova consistente que, em exame ainda superficial, sem as oportunidades de prova, seja suficiente para convencer o juiz da verossimilhança das alegações. O juízo emitido será provisório, bastando que o juiz se convença da plausibilidade das alegações.¹⁸

A prova inequívoca é para tanto a prova capaz, no momento processual, de antecipar provisoriamente os efeitos da tutela, assim como anota Carreira Alvim:

[...] a prova inequívoca deve ser entendida em termos, porquanto se 'inequívoco' traduz aquilo que não é equivoco ou o que é claro, ou o que é evidente, semelhante qualidade nenhuma prova, absolutamente nenhuma, a reveste, pois toda ela, qualquer que seja a sua natureza (iuris tantum ou iuris et de iure), deve passar pelo crivo do julgador.¹⁹

2.1.3 Verossimilhança da alegação

O significado do vocábulo *verossimilhança* é, segundo Caudas Aulete:

[...] aparência verossímil, verossimilhança, probabilidade de ser, plausibilidade. Verossímil é portanto, o que parece ser verdadeiro; plausível; que tem probabilidade de ser verdadeiro; que não repugna à verdade.²⁰

¹⁷ VAZ, Paulo Afonso Brum. **Manual da tutela antecipada: doutrina e jurisprudência**. Edição. Editora Livraria do Advogado, Porto Alegre: 2002, p.138

¹⁸ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 3ª edição revistas e atualizada. Editora Saraiva. São Paulo: 2013. p.693.

¹⁹ ALVIM, José Eduardo Carreira. **Código de Processo Civil Reformado**. Edição. Editora Del Rey, Belo Horizonte: 1995, p.114.

²⁰ Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, Volume 5, Editora Delta, página 4305.

A verossimilhança decorre da certeza quanto à verdade dos fatos, nesse sentido discorre Humberto Theodoro Júnior que:

Quanto à ‘verossimilhança da alegação’, refere-se ao juízo de convencimento a ser feito em torno de todo o quadro fático invocado pela parte que pretende a antecipação de tutela, não apenas quanto à existência de seu direito subjetivo material, mas também e, principalmente, no relativo ao perigo de dano e sua irreparabilidade, bem como ao abuso dos atos de defesa e de procrastinação praticando pelo réu.²¹

Paulo Afonso Brum Vaz²² discorre que a aparência verossímil deve apresentar-se de forma inequívoca, ou seja, revestida de contornos tais que permitam ao juiz um convencimento razoável, não exigindo um convencimento pleno, pois a certeza é epanágio da verdade real (utópica), não de mera probabilidade.

2.1.4 Perigo de Dano Irreparável ou de Difícil Reparação

Uma das hipóteses para a tutela antecipada é a da existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

Não basta prova robusta da verossimilhança do direito. É preciso que a demora do processo possa trazer dano irreparável para o autor.

Para Marcus Vinicius Rios Gonçalves:

*“Não basta um temor subjetivo da parte. É preciso que haja elementos objetivos que levem ao convencimento de que o dano ocorrerá ou se agravará, se a tutela não for concedida”.*²³

No mesmo assunto discorre Humberto Theodoro Júnior:

Os simples inconvenientes da demora processual, aliás, inevitáveis dentro do sistema do contraditório e ampla defesa, não podem, só por si, justificar a antecipação de tutela. É indispensável a ocorrência do risco de dano

²¹ JUNIOR, Humberto Theodoro. **Curso de Direito Processual Civil**. Volume II Processo de Execução e Cumprimento da Sentença Processo Cautelar e Tutela de Urgência. 46ª edição. Editora Forense, Rio de Janeiro: 2011, p. 686.

²² VAZ, Paulo Afonso Brum. **Manual da Tutela Antecipada**: doutrina e jurisprudência. Edição. Editora Livraria do Advogado, Porto Alegre: 2002, p.137.

²³ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 3ª edição revistas e atualizada. Editora Saraiva. São Paulo: 2013. p. 694.

anormal cuja consumação possa comprometer, substancialmente, a satisfação do direito subjetivo da parte.²⁴

Portanto deverá o autor, além da prova inequívoca terá o ônus de demonstrar fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, para a concessão da tutela antecipada.

2.1.5 Abuso de Direito de Defesa ou o Manifesto Propósito Protelatório do Réu

João Batista Lopes²⁵ discorre em sua obra que na doutrina brasileira, a concepção do abuso do direito é o exercício anormal, irregular, egoístico do direito com o propósito de prejudicar.

Já Humberto Theodoro Júnior segue no sentido raciocínio:

O abuso de direito de defesa ocorre quando o réu apresenta resistência à pretensão do autor, totalmente infundada ou contra direito expresso, e, ainda, quando emprega meios ilícitos ou escuros para forjar sua defesa. Esse abuso tanto pode ocorrer na contestação como em atos anteriores à propositura da ação, como notificação, interpelações, protestos ou troca de correspondência entre os litigantes. Já na própria inicial, pode o autor demonstrar o abuso que vem sendo praticado pelo réu, para pleitear a antecipação de tutela.²⁶

Nesse caso verificamos que o juiz concede a antecipação de tutela, fundada no receio de que a conduta do réu é tal que permite inferir que está protelando o julgamento, ou buscando auferir vantagens indevidas, pelo decurso do tempo, visando a sancionar a atitude abusiva, de má-fé, de abuso por parte do réu.

²⁴ JUNIOR, Humberto Theodoro. **Curso de Direito Processual Civil**. Volume II Processo de Execução e Cumprimento da Sentença Processo Cautelar e Tutela de Urgência. 46ª edição. Editora Forense, Rio de Janeiro: 2011, p.687.

²⁵ LOPES, João Batista. **Tutela Antecipada no Processo Civil Brasileiro**. 2ª edição. Editora Saraiva. São Paulo: 2003. p. 73.

²⁶ JUNIOR, Humberto Theodoro. **Curso de Direito Processual Civil**. Volume II Processo de Execução e Cumprimento da Sentença Processo Cautelar e Tutela de Urgência. 46ª edição. Editora Forense, Rio de Janeiro: 2011, p.687.

3. MOMENTOS DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA

3.1 Procedimentos Compatíveis com a Tutela Antecipada

O ordenamento jurídico prevê três tipos de processos: **os de conhecimento, os de execução e os cautelares**. Nos processos de conhecimento, os depoimentos podem ser condenatórios, declaratórios e constitutivos. Cumpre examinar se há incompatibilidade entre a antecipação e alguns deles.

O processo de conhecimento é o campo em que, por excelência, poderá haver a concessão da medida, o que independerá do procedimento, que poderá ser especial ou comum, ordinário e sumário.

Ressalva-se, no entanto, as ações de procedimento especial, em que há previsão de liminares específicas, que tem natureza de antecipação de tutela, mas depende de requisitos próprios.

Os melhores exemplos são as ações de alimentos, de procedimento especial; e as possessórias de força nova. A lei processual prevê liminar própria, cuja finalidade é antecipar os efeitos da sentença, mas que depende de requisitos específicos: no caso dos alimentos, a prova pré-constituída do parentesco; e na possessória, o esbulho, turbação ou ameaça há menos de um ano e dia.

Nessa linha segue Marcus Vinicius Rios Gonçalves:

Havendo previsão de um mecanismo próprio, específico, não se há de admitir a tutela antecipada genérica, cujos requisitos são os estabelecidos no artigo 273 do CPC.²⁷

Não há óbice que seja deferida a tutela antecipada genérica, do artigo 273 do CPC nas ações de alimentos de procedimento ordinário (quando não há prova prévia de parentesco) e nas possessórias de força velha (em que a agressão à posse ocorreu há mais de um ano e dia).

Contudo, isso não significa que desaparecerão as diferenças entre as ações de alimentos de rito especial e as de rito ordinário; e as ações possessórias de força

²⁷ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 3ª edição revistas e atualizada. Editora Saraiva. São Paulo: 2013. p.697/698.

nova e as de força velha, pois nas primeiras sempre há possibilidade de deferimento da liminar específica cujos requisitos são específicos, diferentemente da tutela antecipada genérica do artigo 273 do CPC requisitos específicos: no caso dos alimentos, a prova pré-constituída do parentesco; e na possessória, o esbulho, turbação ou ameaça há menos de um ano e dia.

Quando falamos nas ações em pretensão condenatória, tanto de pagar como de fazer, ou fazer ou entregar coisa, não haverá controvérsia quanto à possibilidade de tutela antecipada.

Nas ações constitutivas ou desconstitutivas, a tutela será concedida desde que a pretensão seja compatível com a provisoriedade da medida, por exemplo: não será possível antecipar em ação de divórcio, uma vez que não se admite que alguém possa mudar de estado civil em caráter provisório.

Já nas ações declaratórias, muito se discute sobre a possibilidade da concessão da tutela, uma vez ela tem a finalidade de afastar uma incerteza jurídica.

Como a tutela antecipada é sempre provisória, pode-se argumentar que ela é incompatível com a pretensão declaratória, por atribuir certeza a questões a respeito da qual pairava dúvida.

Ainda Marcus Vinicius Rios Gonçalves, discorre nesse tema:

Para os que assim pensam, a tutela antecipada de pretensão declaratória serviria para trazer uma certeza de natureza apenas provisória, do que resultaria um paradoxo.

Mas o que se antecipa não é propriamente a declaração, mas os seus efeitos. O juiz não pode antecipar a tutela para declarar que uma dívida é inexigível, já que não existe inexigibilidade provisória. Mas pode antecipar os efeitos de uma futura declaração de inexigibilidade, determinado, por exemplo que o nome do devedor seja tirado dos cadastros de inadimplentes, o que o protesto contra ele lavrado fique suspenso.²⁸

3.2 Tutela Antecipada na Execução

Em princípio na fase de execução, a tutela antecipada não será concedida uma vez que já é possível buscar a satisfação material do direito postulado por atos concretos e materiais de satisfação do credor.

²⁸ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 3ª edição revistas e atualizada. Editora Saraiva. São Paulo: 2013. p.697/698.

No entanto, é possível conceber, em hipóteses excepcionais, que o juízo possa antecipar providência satisfativa, como o arresto ou até a expropriação de bens que só poderia ser tomada mais adiante, em casos de urgência, quando houver perigo de prejuízo irreparável.

Marcus Vinicius Rios Gonçalves, acompanha o entendimento de Cândido Dinamarco no sentido de que:

Entre os atos pertinentes ao processo executivo, existem ainda as 'medidas urgentes' (cautelares ou antecipatórias de tutela jurisdicional), que o juiz determinará e serão efetivas por ato de um auxiliar da justiça. E o caso do arresto a se realizado incidentalmente ao processo de execução (CPC, arts. 653 ou 813) ou de alguma medida destinada à imediata fruição do bem pelo credor, a ser concedida quando presentes os requisitos estabelecidos no artigo 273 do Código de Processo Civil.²⁹

3.3 Tutela Antecipada na Obrigação de Fazer ou não Fazer (art.461, §3º, do CPC) e de entrega de coisa (art.461-A, §3º)

3.3.1 Tutela Antecipada na Obrigação de Fazer ou não Fazer art.461, §3º, do CPC

O CPC em seu artigo 461, §3º, traz dispositivo especial para tratar da antecipação de tutela condenatória na obrigação de fazer, não fazer, assim dispõe mencionado artigo:

Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

[...] **§ 3º** Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada.

Para que haja a antecipação de tutela nas obrigações de fazer e não fazer, necessário o preenchimento dos seguintes pressupostos: a) relevância do fundamento em que se baseia o pedido e b) justificação do receio de ineficácia do provimento final.

²⁹ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 3ª edição revistas e atualizada. Editora Saraiva. São Paulo: 2013. p.698/699.

Parte da doutrina não vê distinção entre os pressupostos trazidos no *caput* do artigo 273 do CPC, com os pressupostos apontados pelo artigo 461, §º 3, do CPC, entendendo que há equivalência entre os pressupostos apresentados em cada modalidade. Entendimento este compartilhado por Humberto Theodoro, que assim leciona sobre o tema:

Aparentemente, o CPC teria adotado dois regimes distintos de antecipação de tutela nos arts. 273 e 461, de fato, no art. 273 exige-se que a parte apresente prova inequívoca conducente à verossimilhança do alegado, comprove perigo de dano de difícil reparação e que os efeitos da providência a ser antecipada não sejam irreversíveis. Já no art. 461 a lei reclama, como condição da tutela antecipada, a relevância do fundamento da demanda e o justificado receio de ineficácia do provimento final, caso não se adiante a prestação jurisdicional provisoriamente. Ora, falar-se em relevância do fundamento não é outra coisa que exigir-se a verossimilhança de tudo o que arrola o autor para pretender a tutela jurisdicional. Não há, portanto, diferença profunda, no aspecto do *fumus boni iuris*, entre o art. 273 e o art. 461. Quanto à situação de perigo é exatamente a mesma nas duas hipóteses: o risco de dano grave e de difícil reparação, de que fala o art. 273 é justamente o fundado temor de que o provimento final se torne ineficaz, caso a medida do art. 461 não seja antecipada.

Há também quem entenda existir diferenças preponderantes entre os institutos, Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, ao tratar dos pressupostos assim sublinham:

É interessante notar que, para o adiantamento da tutela de mérito, na ação condenatória em obrigação de fazer ou não fazer, a lei exige menos do que para a providência da ação de conhecimento *tout court* (CPC 273). É suficiente a mera probabilidade, isto é, a relevância do fundamento da demanda, para a concessão da tutela antecipatória da obrigação de fazer ou não fazer, ao passo que o CPC 273 exige para as demais antecipações de mérito: a) a prova inequívoca; b) o convencimento do juiz acerca da verossimilhança da alegação; c) ou o *periculum in mora* (CPC 2731) ou o abuso do direito de defesa do réu (CPC 273, II).

Ponto comum entre a antecipação de tutela do artigo 273 e do 461, §º 3, é a vedação a concessão da antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos do provimento em detrimento do réu “*periculum in mora* inverso”. Nesse sentido, interessante ressalva é trazida por Cassio Scarpinella Bueno:

A vedação, contudo, deve ser interpretada à luz do “modelo constitucional do processo civil”, sendo legítima a antecipação em casos que o dano a ser suportado pelo autor qualitativamente superior ao dano a ser experimentado pelo réu, observando-se as considerações feitas pelo n 2.6 do Capítulo 1.³⁰

³⁰ BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso de Sistematizado de Direito Processual civil**. 4 edição ver e atual editora. Saraiva. p.114.

A tutela relativa as obrigações de fazer e não fazer também poderá ser antecipada quando presentes os pressupostos: abuso de direito de defesa ou propósito protelatório do réu e pedido incontroverso, respectivamente presentes no artigo 273, II e §º 6, do CPC.

Ponto a ser tratado com relação a tutela antecipada nas ações obrigacionais diz respeito a necessidade de existir requerimento da parte, pressuposto indispensável e expresso no caput do art. 273, nesse ponto o art. 461, §º 3 é omissivo, o que não significa que as considerações feitas ao que diz respeito ao tema no item 2.1.1 deste trabalho não sejam aplicáveis, a esse respeito assevera Cassio Scarpinella Bueno:

Importante salientar, a propósito, que a formulação de expresso pedido da parte pode ser decisiva para a concessão da medida porque permite ao magistrado melhor apreciação quanto à sua necessidade e ao preenchimento de seus pressupostos ao longo do processo. A exigência, contudo, não pode sobrepor-se à sensibilidade do magistrado diante do caso concreto, fazendo eco, por isso mesmo, à autorização do art. 797 [...]³¹

A decisão que concede ou nega de forma total ou parcial, a tutela nos casos do art. 461, §º 3, deve ser motivada, seja por força do disposto em lei nos artigos 165, 2ª parte, e artigo 273, §º 1, mas sobretudo respeitando disposição constitucional prevista no artigo 93, IX da Constituição Federal.

Como visto, a redação do §º 3, art. 461, traz a possibilidade de a tutela ser antecipada “mediante justificação prévia”, o que significa a possibilidade de designação de uma “audiência de justificação”.

A audiência de justificação não é uma peculiaridade exclusiva da tutela antecipada nas ações obrigacionais, estando presente também no “processo cautelar”, nos “procedimentos especiais”, nas ações possessórias e na ação de nunciação de obra nova. O objetivo dessa audiência é a demonstração do “fundamento relevante” e/ou do “perigo de irreversibilidade da medida”.

³¹ BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso de Sistematizado de Direito Processual civil**. 4 edição ver e atual editora. Saraiva. p.115.

Durante o procedimento da audiência é possível a produção de provas, no caso oral, uma vez que as documentais já devem ter sido produzidas na petição inicial, sendo lícito a oitiva de testemunhas e até mesmo a prestação do depoimento do autor.

A audiência poderá ser designada antes mesmo da citação do réu, mas caso este tendo conhecimento de sua realização, poderá participar, com vistas a contemplar os princípios do contraditório e da ampla defesa, previstos no artigo 5º, LIV e LV, da Constituição Federal.

Dizer que o réu pode participar da Audiência de justificação não significa dizer que poderá praticar os mesmos atos praticados em uma audiência de instrução, posto que não é essa a finalidade do procedimento em comento. O réu está limitado a proceder a verificação da idoneidade da colheita da prova a ser produzida, sendo possível que contradite alguma testemunha arrolada pelo autor.

Não necessariamente o réu deverá participar da audiência, como dito, muitas vezes este nem citado foi, não representando afronta aos princípios anteriormente mencionados, ideia reforçada pelo argumento trazido por Cassio Scarpinella Bueno:

Os referidos princípios do contraditório e da ampla defesa podem (e devem) ceder espaço, à luz das necessidades de cada caso concreto, quando a urgência da providência jurisdicional solicitada for incompatível com eles.³²

Considerações feitas sobre os pressupostos e medidas para a concessão da antecipação de tutela nas obrigações de fazer e não fazer, passamos para o cumprimento da decisão que concede a medida.

Seu cumprimento deve observar o disposto no artigo 461, §§ 4º a 6º, vejamos o teor dos mencionados parágrafos:

§ 4º O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito.

§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e

³² BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso de Sistematizado de Direito Processual Civil**. 4 edição ver e atual editora. Saraiva. p. 116.

impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

§ 6º O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva.

Significa dizer que o magistrado poderá utilizar do disposto nos parágrafos acima para compelir o réu a fazer ou deixar de fazer, diante do caso concreto poderá escolher qual a melhor forma para satisfazer os anseios daquele que pediu e obteve a tutela antecipada.

O magistrado pelo previsto no artigo 461 poderá aplicar multas para forçar o réu a fazer ou não fazer algo, sendo a sua finalidade intimidar o réu, exercendo pressão psicológica sobre este para que cumpra a ordem judicial, sobre as multas destacamos a lição trazida por Cassio Scarpinella Bueno:

Essas multas- usualmente chamadas, a partir do direito francês, de astreintis – tem natureza cominatória, verdadeiramente coercitiva. Por isso mesmo elas podem ser cumuladas com quaisquer outras multas que tenham outra finalidade, por exemplo, eventual cláusula penal do contrato (que tem natureza indenizatória) ou a do art. 14, parágrafo único, que tem natureza sancionatória, e, com base na experiência do direito inglês e do norte-americano é usualmente chamada pela doutrina de contempt of court. A multa prevista pelo dispositivo, como sua própria leitura evidencia, tem campo fértil de aplicação no tema de cumprimento da tutela antecipada.

Como visto, a multa prevista no artigo 461 do CPC tem natureza cominatória, devendo ser fixada pelo juiz que devera modelar a multa imposta de acordo com as circunstâncias fáticas, de forma a verificar a predisposição de o réu acatar, ou não, sua determinação. Deverá ser modificada, em todos os seus sentidos, diga-se com relação ao valor, periodicidade, prazo de exigibilidade, quantas vezes forem necessárias de acordo com as circunstâncias concretas.

Já no que se refere aos efeitos relativos a aplicação da multa prevista, destaca-se o entendimento de Cassio Scarpinella Bueno, que assim discorre:

Embora haja acesa polemica doutrinaria e jurisprudencial, o entendimento defendido por este Curso no n. 4.1 do Capítulo 1 da Parte III do vol. 3, é o de que a exigibilidade da multa do art. 461 é imediata, superado, apenas e tão somente eventual lapso de tempo para que o réu, voluntariamente, acate e cumpra a determinação (a ordem) do magistrado. Assim, se o juiz determinou que o réu fizesse algo em dois dias, sob pena de multa, no primeiro minuto do terceiro dia de multa é exigível, e poderá ser cobrada pelo autor, seu beneficiário, de acordo com o disposto no 475-J. A única forma de impedir a exigibilidade imediata da multa é o réu suspêndê-la pela

atribuição de efeito suspensivo ao recurso eventualmente interposto contra a decisão que a fixa. Caso contrário, não.³³

A multa em comento poderá ser exigida pelo autor mesmo quando a tutela antecipada, a final, não se confirmar, isso se dá devido a sua natureza coercitiva, bem como, o que vale para fins de efetivação da tutela antecipada é o momento que ela tem de ser cumprida. O que acontece após, no decorrer do processo não é problema relativo à tutela antecipada, caso assim não fosse, abre-se margem para que ninguém mais acate as determinações judiciais, baseando-se na simples expectativa de vir a ser proferida decisão futura em seu favor.

Os artigos 461 e 461-A colocam em primeiro plano a chamada “tutelas específicas”, ou seja, ao autor deve ser dado exatamente aquilo que materialmente tem direito. Ou ainda, o autor pode se contentar com o “resultado pratico equivalente” ou, ainda, nos casos em que a “tutela específica” ou o resultado pratico equivalentes não sejam possíveis, ou quando preferir o autor com as perdas e danos.

Assim como nos demais casos em que possível a antecipação de tutela, nas hipóteses de aplicação do artigo 461, § 3º, também cabível a revogação ou modificação da “medida liminar” a qualquer tempo e sempre em decisão fundamentada.

3.3.2 Tutela Antecipada de dar, entregar ou restituir coisa art.461-A, do CPC

O artigo 461-A, em seu § 3º faz expressa remissão a todos os parágrafos do art. 461, incluindo a possibilidade de antecipação de tutela presente no § 3º do mesmo artigo, nos casos em que a tutela que se pretende seja a modalidade obrigacional de dar, entregar ou restituir coisa diversa de dinheiro.

Desse modo, quando o pedido de tutela jurisdicional para que o réu dê, entregue ou restitua coisa (certa ou incerta) é cabível a antecipação de tutela quando presentes os pressupostos do art. 461, § 3º do CPC. Presentes os pressupostos autorizadores, o magistrado determinará a entrega ou restituição do bem, sob pena de expedir-se mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse de bem

³³ BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso de Sistematizado de Direito Processual civil**. 4 edição ver e atual editora. Saraiva. p. 98.

móvel ou imóvel, aplicando-se no mais o disposto nos §§ 1º 2º do art. 461-A, vejamos:

§ 1º Tratando-se de entrega de coisa determinada pelo gênero e quantidade, o credor a individualizará na petição inicial, se lhe couber a escolha; cabendo ao devedor escolher, este a entregará individualizada, no prazo fixado pelo juiz.

§ 2º Não cumprida a obrigação no prazo estabelecido, expedir-se-á em favor do credor mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel.

No que diz respeito a “irreversibilidade” da medida, transcrevemos posicionamento trazido por Cassio Scarpinella Bueno:

É importante ressaltar que a “irreversibilidade” contida na efetivação da medida que resultará, em última análise, na entrega do bem devido pelo réu ao autor – não pode ser listada como óbice à antecipação da tutela (art. 273, § 2º).

[...] é inequívoca a assunção expressa pelo legislador dos riscos advindos desta situação concreta. Ademais, a responsabilidade advinda da revogação, da reforma ou, de forma ampla, da insubsistência daquela providência jurisdicional é *objetiva*. Para tanto, releva verificar, *motivadamente*, a presença dos elementos que *legitimam* a antecipação da tutela em cada caso concreto. Se o magistrado se convencer de sua presença, isto é, se os elementos fáticos e jurídicos carreados ao processo indicarem a *necessidade* da realização da “tutela específica” em prol do credor da obrigação, inclusive *antecipadamente*, não há qualquer óbice para a concessão da medida, muito pelo contrário.³⁴

Com relação às medidas para cumprimento da decisão que antecipa a tutela específica do art. 461-A, aplicável todas as considerações feitas no que diz respeito ao art. 461, do CPC.

3.4 Da Necessidade de Decisão Fundamentada

A Antecipação de Tutela será sempre concedida em decisão motivada, uma vez que o artigo 93, IX da Constituição Federal garante que todas as decisões serão fundamentadas sob pena de nulidade.

Não bastando ser uma garantia Constitucional, o próprio Código de Processo Civil em seu artigo 273, § 1º deixa claro que na decisão que Antecipar a Tutela, o juiz indicará, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento.

Assim como Fábio Vieira Figueiredo, Georgios Alexandridis e Simone Diogo C. Figueiredo discorrem em relação a fundamentação pelo seguinte sentido:

³⁴ BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso de Sistematizado de Direito Processual civil**. 4 edição ver e atual editora. Saraiva. p.117.

Na hipótese de conceder a tutela antecipada, deve demonstrar e explicar quais são e onde estão esses requisitos e, na hipótese de indeferi-la, o que estava ausente. A tutela antecipada, por ser um pronunciamento de cunho decisório (decisão interlocutória), deve ser fundamentada, assim como todas as decisões judiciais, devendo o juiz indicar, de modo claro e preciso, as razões de seu convencimento.³⁵

Nessa mesmo tema Daniel Mitidiero entende que:

O juiz tem o dever de declinar na sua decisão as razões pelas quais se convenceu de que a parte interessada tem direito à técnica antecipatória. Nessa linha, as razões judiciais devem enfrentar de um lado, as alegações concernentes à existência de perigo na demora da tutela jurisdicional ou de defesa inconsistente.³⁶

O juiz deve fazer sua decisão expressando-se de modo claro e preciso, para que as partes em primeiro momento possam saber a questão extensa do dever de motivar a decisão que concedeu ou negou a antecipação de tutela.

Valem-se dizer nesse momento quais as alegações realizadas pelas partes que devem necessariamente ser analisadas na decisão que concedeu ou negou a antecipação da tutela, para que a parte que não concordar possa realizar com louvor seu recurso para a tentativa de modificar a decisão proferida, demonstrando para tanto em seu recurso a real aplicabilidade da concessão da tutela antecipada.

O problema da extensão do dever de motivação das decisões judiciais tem de ser resolvido a luz do conceito do contraditório, uma vez que a razão da motivação das decisões judiciais constitui o ultimo momento de manifestação do direito ao contraditório de fornecer o seguro parâmetro para aferição da submissão do juízo ao contraditório e ao dever de debate que dele dimana, sem o contraditório e sem motivação adequados não há de se falar em processo justo.

O supremo Tribunal Federal já decidiu que o direito ao contraditório implica dever de o órgão jurisdicional contemplar os fundamentos levantados pelas partes em juízo e considerá-los séria e detidamente.³⁷

³⁵ FIGUEIREDO, Fábio Vieira. ALEXANDRIDIS, Georgios. FIGUEIREDO, Simone Diogo C. **Direito Civil**. 2 Edição Coleção OAB Nacional. Editora Saraiva. São Paulo: 2013. p.283.

³⁶ MITIDIERO, Daniel. **Antecipação da Tutela Da tutela Cautelar à Técnica Antecipatória**. 2ª edição revistas, atualizadas e ampliada. Editora Revistas dos Tribunais, Porto Alegre: 2014. p. 148.

³⁷ STF, Pleno, MS 25.787-DF, rel. Min. Gilmar Mendes, j. 08.11.2006, DJ 14.09.2007, p. 32.

Vale-se dizer que partindo de uma aceção forte de contraditório, o parâmetro para aferição da correção da motivação da decisão judicial deixa de ser tão somente intrínseco da inexistência de contradição lógica do julgado e a correta exposição do convencimento judicial e passa a assumir também feição extrínseca a fundamentação dos arrazoamentos das partes, pois não há de se falar em decisão motivada se essa não enfrentou expressamente os fundamentos argüidos pelas partes em suas manifestações processuais.

Daniel Mitidiero aponta o dever da decisão de ser redigida de modo claro e precisa, conforme a seguir expostas:

A decisão judicial que julga o pedido de antecipação de tutela deve ser redigida de modo claro e preciso, A decisão é clara quando bem relata a questão e a julga diretamente, enfrentando-a sem meias palavras. A decisão é precisa quando analisa as questões de modo pormenorizado sem recurso a frases feitas – que, ao servirem para todos os casos em geral, não servem para nenhum de forma precisa. Isso quer dizer que não basta alusão genérica aos “pressupostos legais” para decisão da questão. É preciso enfrentar os pressupostos legais à luz do caso dos autos, sem o que a decisão carece de precisão. Decisão obscura e genérica a respeito da antecipação da tutela viola os arts. 93, IX, CF, e 273, § 1º, CPC.³⁸

3.5 Da Irreversibilidade

O legislado impõe como condição ao deferimento da tutela, que a antecipação dos efeitos não seja irreversível, isto é que haja possibilidade de retorno ao *status quo*, assim dispõe o artigo 273, § 2º do Código de Processo Civil.

Não é fácil determinar quando o provimento é ou não irreversível. Em princípio, seria reversível aquele que, em caso de posterior a revogação, não impeça as partes de serem respostas ao *status quo ante*.

Muitas vezes nos deparamos com situações complexas, pois a volta da situação anterior não é impossível, mas se tornam difícil.

³⁸ MITIDIERO, Daniel. **Antecipação da Tutela Da tutela Cautelar à Técnica Antecipatória**. 2ª edição revistas, atualizadas e ampliada. Editora Revistas dos Tribunais, Porto Alegre: 2014. p. 153.

Diante disso, nesses casos deverá o magistrado, antes de conceder os efeitos da antecipação da tutela, indagar-se se é possível retornar a situação anterior a concessão da tutela, na eventualidade de não ter o autor direito à pretensão, pois em regra não se concederá a antecipação da tutela quando houve perigo de irreversibilidade do provimento antecipado (CPC, art. 273, II, § 2º).

Ocorre que há corrente doutrinária que defende a possibilidade de o magistrado deferir a tutela antecipada quando, mesmo diante do perigo da irreversibilidade mostrar-se do lado do autor situação de evidente dano irreparável ou de difícil reparação, colocando como exemplo bastante utilizado a necessidade de intervenção cirúrgica, sob pena de o autor falecer.

Nesses casos, buscamos a preservar dois bens jurídicos, de um lado o bem jurídico a vida, que se sobrepõe a qualquer outros; e do outro lado, o interesse meramente patrimonial, dizendo respeito à possibilidade de o réu sofre perda material se a medida for posteriormente revogada, chegando-se à conclusão de que nunca deveria ter sido deferida, já que a verossimilhança da alegação não se confirmou o termino da fase de instrução probatória, revelando-se verdade diferente no mundo dos autos.

Theotonio Negrão acompanha a doutrina no mesmo sentido demonstrado acima, vejamos:

Assim, a exigência legal da reversibilidade da medida de urgência deve ser tomada *cum grano salis*, comportando mitigações quando estiver em jogo um valor igualmente caro ao ordenamento. Por isso, 'a rega do § 2º do art. 273 do CPC não impede o deferimento da antecipação da tutela quando a falta do imediato atendimento médico causará ao lesado dano também irreparável, ainda que exista o perigo da irreversibilidade do provimento antecipado.³⁹

Fábio Vieira Figueiredo, Georgios Alexandridis e Simone Diogo C. Figueiredo defendem também que poderá o juiz ponderar os valores em jogo, valendo-se do princípio da proporcionalidade, conforme abaixo demonstrado:

A reversibilidade é, também, pressupostos necessário para a concessão da tutela antecipada. Se ausente, o juiz não poderá deferi-la. Somente se

³⁹ NEGRÃO, Theotonio. GOUVEA, José Roberto F. BONDIOLI, Luis Guilherme A. **Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor**. 42 edição atualizada e reformulada. Editora Saraiva, São Paulo: 2010, p.382.

aprova trazer, expressamente, que se trata de direito à vida ou à saúde é que o juiz 'poderá' dispensar o requisito da reversibilidade.⁴⁰

A solução será o juiz vale-se do princípio da proporcionalidade, determinando a proteção do interesse mais relevante, e afastando o risco mais grave.

Mas temos argumentos que não nos falem para subsidiar a tese de que a eventual irreversibilidade da tutela antecipada pode ser eliminada ou minimizada, pois através da imposição de prestação de caução que será realizada pelo autor, em valor igual ao resultado econômico da medida judicial, seja como condição para o deferimento ou a manutenção dos efeitos da tutela.

Em havendo alteração no panorama posteriormente, embora não sendo mais possível a reversão da medida, a questão é convertida em obrigação de perdas e danos, sendo dessa forma resolvida, devendo o autor pagar ao réu o valor correspondente por ele perdido, devido ao deferimento da decisão anteriormente favorável a ele.

3.6 Momento Da Concessão Da Tutela Antecipada

A tutela antecipada pode ser requerida e concedida a qualquer momento do processo, não havendo limite temporal.

Entretanto não estabelecendo a lei limite temporal para o deferimento da medida, que poderá ser concedida a tutela liminarmente antes mesmo da citação do réu, na sentença ou até mesmo em sede recursal, desde que demonstrados os requisitos legais, isto é, a verossimilhança e a situação de perigo.

3.6.1 Deferimento de Plano

O deferimento da liminar de plano, sem a ouvida da parte contrária, deverá a seu deferimento ficar restrito às hipóteses em que se possa de plano, constatar a verossimilhança do alegado, e a extrema urgência, quando ou não haja tempo hábil para ouvir o réu, ou disso possa resultar perigo para a eficácia da medida.

⁴⁰ FIGUEIREDO, Fábio Vieira. ALEXANDRIDIS, Georgios. FIGUEIREDO, Simone Diogo C. **Direito Civil**. 2 Edição Coleção OAB Nacional. Editora Saraiva. São Paulo: 2013. p.284.

Demonstrados os requisitos, será concedido a antecipação com os efeitos da tutela *inaudita altera parte*, embora negada por boa parcela da doutrina que já se ocupou do assunto, não encontra óbice legal, pois se já presentes os pressupostos legais no momento da propositura da ação, nada impede seja a antecipação concedida antes mesmo do ingresso do réu no processo.

Embora seja admissível a antecipação antes de o réu integrar o contraditório, tal solução mostra-se absolutamente excepcional, pois o juiz terá como elementos de informação, apenas a visão unilateral do fenômeno apresentado pelo autor. Mas em outros casos pode a situação demonstrar-se verossímil de plano.

Assim, portanto, entende José Roberto dos Santos Bedaque como critério para verificação da necessidade da antecipação da tutela o abaixo exposto:

Como critério para verificação da necessidade de antecipação dos efeitos *inaudita altera parte*, pode o julgador orientar-se pela seguinte regra: apenas concederá a tutela antecipada sem a presença do réu se sua convocação prejudicar a eficácia da medida.⁴¹

Somente a tutela de urgência poderá ser concedida nessa fase, pois na hipótese do inciso II do art. 273 do CPC, que pressupõe o abuso de direito de defesa, manifesto intuito protelatório ou incontroversa, somente poderá ocorrer após a resposta do réu.

3.6.2 Tutela Antecipada na Fase da sentença

Ao proferir a sentença o juiz estará analisando a pretensão do autor, indagando-se então, se caberia conceder a antecipação de tutela nesse momento.

Para tanto será necessário verificar se eventual recurso de apelação terá ou não efeito suspensivo, pois se não, produzirá efeitos desde logo, e não haveria interesse na antecipação da tutela, mas se sim, diante a demora que poderá ocorrer com o julgamento do recurso, a antecipação poderá ser concedida, para que afaste o efeito suspensivo, e permita que a sentença produza efeitos de imediato.

⁴¹ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Tutela Cautelar e Tutela Antecipada: Tutelas Sumárias e de Urgências (Tentativa de Sistematização)**. 1 edição. Editora Malheiros. São Paulo: 1998. p. 347.

Marcus Vinicius Rios Gonçalves, também segue nesse raciocínio, discorrendo seu texto da seguinte maneira:

Haverá interesse na tutela antecipada enquanto a sentença ou o acórdão não puderem produzir efeitos, em razão da existência de recurso com efeito suspensivo.
Quando não houver mais, a antecipação não será mais possível.
Recomenda-se, porém, que o juiz a conceda não no bojo da sentença, mas em decisão separada, pois isso facilitará a interposição de recurso pela parte prejudicada.⁴²

Embora pareça redundante conceder a tutela antecipada quando a própria sentença já reconheceu a pretensão da parte, é por outro lado de extrema pertinência que diante o recurso de apelação que em regra é recebido no efeito suspensivo, seja concedida a tutela, pois o recurso impedirá a sentença de produzir seus devidos efeitos.

3.6.3 Tutela Antecipada na Fase Recursal

A tutela antecipada poderá ser concedida em situação de urgência mesmo estando na fase recursal.

O pedido de antecipação de tutela deverá se dirigido ao tribunal para ser apreciado pelo órgão competente para julgamento do recurso, ou pelo relator, conforme dispuser o regimento interno.

Caso ocorra a situação de perigo após a sentença, mas antes da subida dos autos ao tribunal, será observado nesse caso o artigo 296 do Código de Processo Civil, sendo a competência do tribunal, tendo em vista que o juiz de primeiro grau, já tenha proferido a sentença, completando para tanto sua atividade, não mais podendo inovar no processo.

Teori Albino Zavascki, entende nesse mesmo sentido sobre a tutela antecipada na fase recursal, vejamos:

Ora, se ficar evidenciado que a medida antecipatória, nas hipóteses em tela é indispensável para afastar perigo de dano irreparável ao direito afirmado e tipo pelo julgador como verossímil, seria ilógico e contrário ao sistema negar a sua concessão, apenas pela razão de já ter sido proferida sentença em primeiro grau.

⁴² GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 3ª edição revistas e atualizada. Editora Saraiva. São Paulo: 2013. p.700.

Negar a medida, nas circunstâncias, importaria sacrificar a efetividade da jurisdição, direito constitucional cuja preservação constitui a própria essência da tutela antecipada.

Alias, *mutatis mutandis*, esse mesmo entendimento é de ser aplicado para o caso em que o processo se encontra em instância especial (STF ou STJ), perante a qual, conseqüentemente, também será viável, presentes os requisitos do art. 273 (CPC), a formulação de pedido antecipatório.⁴³

3.7 Recurso Cabível Contra Decisão que Aprecia o Pedido de Antecipação de Tutela

A concessão da tutela antecipada, representa a concessão de parte ou da totalidade do que o autor requereu na sentença, o que seria a prolação da sentença em regime antecipado.

Ao ser concedida a tutela antecipada, nos deparamos diante de uma decisão interlocutória, pois resolve determinada questão pendente sem pôr fim ao processo.

A decisão que concede a antecipação é uma decisão provisória, que poderá ser revogada a qualquer tempo pelo próprio magistrado, desde que observe o princípio da fundamentação ou da motivação, em respeito a primado constitucional inciso IX do art. 93 da Constituição Federal.

Sabemos que contra decisões interlocutórias, comporta-se a interposição de recurso de agravo, com as espécies de agravo de instrumento e do agravo retido, com as ressalvas que o projeto do CPC propõe a supressão dessa última espécie recursal.

Embora saibamos que para que não haja proliferação em todos os tribunais da federação de agravos de instrumentos, conforme a Lei 11.187/2005 prevê que as decisões interlocutórias devem ser em regra, combatidas através da interposição do recurso de agravo retido.

⁴³ Teori Albino Zavascki, Antecipação da Tutela, 3ª edição revista e ampliada, Editora Saraiva, p. 120/121.

Ocorre que, diante o teor da decisão (antecipação da tutela), não se há interesse em agravo retido, uma vez que só será apreciado após a sentença, perdendo o foco da busca insana do autor, de ser concedido com urgência uma decisão favorável para que não lhe seja cometido um dano irreparável ou de difícil reparação.

A interposição do recurso de agravo de instrumento, amolda-se à situação contemplada no artigo 522 do Código de Processo Civil, com a seguinte redação:

Art. 522. Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento.

Observando a norma reproduzida, percebemos que a decisão que defere a antecipação de tutela requerida pelo autor quase sempre causará prejuízo imediato, o qual justificaria o uso da espécie instrumental.

Misael Montenegro Filho, ao expor suas idéias quanto aos recursos de agravo, segue pelo seguinte sentido:

O recurso de agravo retido permanece *hibernando* nos autos, sendo apenas conhecido por ocasião do julgamento do recurso de apelação, depois de terem sido percorridas todas as etapas do processo. No agravo de instrumento, a lei confere ao relator a faculdade de atribuir efeito suspensivo ao recurso, impedindo que a decisão combatida (no caso a tutela antecipada) suta seus efeitos de imediato (inciso III do art. 527 do CPC).⁴⁴

Sustenta Nelson Nety Jr. que “não pode ser interposto o agravo retido porque o recorrente não teria interesse recursal, uma vez que só lhe traria utilidade a concessão (ou cassação, para a parte contrária) imediata da liminar. De nada adiantaria aguardar a sentença de mérito e , só depois, quando de eventual apelação, reiterar o agravo retido nas razões ou contra-razões de apelação (art. 522, §1º)”.⁴⁵

⁴⁴ FILHO, Misael Montenegro. **Curso de Direito Processual Civil Medidas de Urgência Tutela Antecipada e Ação Cautelar Procedimentos Especiais**. 9ª edição com anotação sobre o projeto do novo CPC. Volume 3. Editora Atlas S.A. São Paulo: 2013. p. 44.

⁴⁵ Atualidades sobre o processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, p. 59.

Teori Albino Zavascki manifesta-se também na linha da inutilidade do manejo do agravo retido, aduzindo o seguinte: "(a) se a apelação confirmar a procedência do pedido, 'a antecipação da tutela' poderá ser obtida mediante execução provisória do próprio acórdão, cujos meios de impugnação, em geral, não terão efeito suspensivo (esse efeito existirá apenas no caso de decisão por maioria, sujeita a embargos infringentes, e mesmo assim nas restritas hipóteses em que a apelação também esteve sujeita ao referido efeito); e b) se, ao julgar a apelação, o tribunal concluir pela improcedência da demanda, obviamente não terá razão nem fundamento para na mesma oportunidade, deferir a medida antecipatória".⁴⁶

Em face das considerações expostas, não é usual a interposição do agravo retido contra a decisão interlocutória que defere a tutela antecipada, mostrando-se mais comum o uso do agravo de instrumento, devendo o agravante solicitar ao relator que atribua efeito suspensivo ao remédio processual, nas razões da espécie.

E por fim, além do agravo de instrumento, que é a espécie principal de combate à decisão que antecipa a tutela antecipada, se o pronunciamento for marcado pela omissão, pela obscuridade e/ou pela contradição, a interposição do recurso de embargo de declaração também é admitida, embora a redação do art.535 da lei processual apenas tenha previsto a sua admissão para o combate da sentença ou do acórdão.

3.8 Da Revogação

Da decisão que concede ou denega a antecipação de tutela, será sempre cabível a interposição de agravo, o qual o juiz poderá haver a retratação, ou poderá ocorrer a alteração da decisão pelo Tribunal.

Diante a natureza provisória e a finalidade da tutela antecipada, é possível a qualquer tempo, que o juiz reveja a decisão anterior proferida, podendo rever sua decisão revogando para tanto a decisão concedida.

É o que estabelece o artigo 273, § 4º, do Código de Processo Civil:

⁴⁶ ZABASCKI, Teori Albino. **Antecipação da Tutela**. 3ª edição revista e ampliada. Editora Saraiva. São Paulo: 2003. p 109.

“A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada”.

O juiz que decidir revogar a decisão deverá esclarecer as circunstância fática que, justifique o reexame, para que lhe seja possível alterar a decisão anteriormente concedida.

O juiz não poderá alterar sua decisão pelo simples fato de ter mudado de opinião, pois é indispensável que seja expostas as alterações fáticas, demonstrando para tanto que deixou de existir o perigo anteriormente manifestado, justificando para tanto a mudança na sua decisão.

Afirma Teori Albino Zavascki que a modificação ou a revogação das medidas provisórias em geral poderia ocorrer, basicamente, em duas situações:

(a) Com a mudança do estado de fato ou (b) com o aprofundamento da cognição sobre o direito afirmado, em função, inclusive, da mudança do estado da prova. No primeiro caso (a), a mudança da situação fática poderá evidenciar (a.1) o desaparecimento ou a mitigação da situação de urgência anteriormente existente, ou, então, (a.2) o surgimento de situação de perigo antes não se configurava. E, com aprofundamento da cognição (b), é possível que fique demonstrada (b.1) a inverossimilhança do direito que se aparentava verossímil, ou (b.2) a verossimilhança do direito que antes não parecia evidenciada.⁴⁷

Observando o entendimento de Teori Albino Zavascki, concluímos através do acima exposto em seu item (a) que e a situação fática que ensejou a antecipação foi desaparecida ou mitigada, o qual faça desaparecer a urgência demonstrada anteriormente, ou que houve a modificação posterior do comportamento do demandado, por si só não justificaria o retorno ao *status quo ante*.

Mas se notadamente persistir o juízo de verossimilhança, poderá ser concedida a revogação ou modificação, com efeito, *ex nunc*, sendo suspenso somente os atos executivos futuros, sem que haja a modificação dos efeitos já passados.

⁴⁷ ZABASCKI, Teori Albino. **Antecipação da Tutela**. 3ª edição revista e ampliada. Editora Saraiva. São Paulo: 2003. p . 114.

Já em seu item (b) podemos concluir que se o juízo da verossimilhança do direito alegado, em seu reexame da questão jurídica, se convencer da inverossimilhança, total ou parcial, do direito que antes lhe era verossímil, poderá então ser a medida revogada, integralmente ou modificada, parcialmente, adaptando para tanto a nova situação fática.

Portanto, para a revogação da tutela antecipada, deverá o juízo demonstrar com clareza que houve a perda dos requisitos para a concessão da tutela antecipada, principalmente que desapareceu a urgência demonstrada anteriormente, perdendo portanto o objetivo da tutela concedida.

Por fim, também podemos falar em revogação da tutela em caso de improcedência da demanda, que por si só acarreta, independentemente de menção expressa, a revogação da medida antecipatória.

A revogação pela improcedência da ação, tem eficácia imediata e *ex tunc*, revogando para tanto a tutela antecipada no momento da prolação da sentença.

3.9 Efetivação das tutelas antecipadas

O § 3º do art. 273 do CPC, é responsável por indicar como uma decisão que antecipa a tutela deve ser cumprida, ou seja, como faz para produzir SUS efeitos, dispondo da seguinte forma: *“A efetivação da tutela antecipada observará, no que couber e conforme sua natureza, as normas previstas nos arts. 588⁴⁸, 461, §§ 4º e 5º, e 461-A”*.

A redação anterior foi alterada, substituindo-se a palavra “execução” por “efetivação”, acrescentando a locução “conforme sua natureza”. A Lei 10.444 de maio de 2002 alterou o parágrafo para incluir também remissão aos arts. 461 e 461-A, no caso, introduzidos pela mesma lei.

⁴⁸ O art. 588, que versava sobre execução provisória foi revogado, sendo substituído pelo art. 475-O

A modificação da palavra “execução” por “efetivação” foi pertinente, uma vez que o termo “execução” está relacionado de forma direta ao efeito jurisdicional condenatório, onde “efetivação” nos remete para toda e qualquer forma de cumprimento de tutela jurisdicional, tornando o campo de atuação dos efeitos antecipatórios da tutela jurisdicional mais genérico, desfazendo confusões acerca quais efeitos de fato poderiam ser passíveis de aplicação à tutela antecipada.

Com relação aos efeitos, destacamos as considerações feitas por Cassio Scarpinella Bueno:

Importante tecer, desde logo, uma consideração importante a respeito da remissão que o § 3º do art. 273 faz aos arts. 475-O, 461 e 461-A. Ela não deve ser entendida de forma restritiva, isto é, no sentido de que somente efeitos “condenatórios”, “executivos *lato sensu*” e “mandamentais” – a referência é feita à classificação adotada pela doutrina tradicional – sejam dignos de antecipação. Também a “tutela declaratória” e a “tutela constitutiva”, sempre empregando a classificação tradicional, podem ser a antecipadas para que seus efeitos típicos sejam sentidos no plano exterior ao processo “antes do tempo”.⁴⁹

A tutela antecipada não exige a prestação de caução para sua efetivação, apenas correndo por conta e risco do autor, que se obriga a reparar os prejuízos suportados pelo réu se houver alteração da situação processual. Trata-se de responsabilidade objetiva, que independe da prova de culpa do autor. A indenização será postulada nos mesmos autos, na conformidade do art. 475-O, II.

A tutela antecipada é sempre provisória, sua efetivação terá também essa natureza, realizando-se na forma de cumprimento provisório de sentença. Nos casos da obrigação imposta ser de fazer, não fazer ou entregar coisa, o juiz se valera dos meios de coerção e sub-rogação previstos nos arts. 461 e 461-A do CPC.

⁴⁹ BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso de Sistematizado de Direito Processual civil**. 4 edição ver e atual editora. Saraiva. p. 86.

Para que a tutela antecipada seja de fato efetivada, isto é cumprida, deverá seguir determinados mecanismos para sua realização, mecanismos estes descritos nos artigos 475-O, 461, 461-A. O artigo 273, § 3º, faz referências a esses artigos utilizando-se da expressão “no que couber”, essa ressalva indica que os dispositivos legais funcionam como meros indicativos, não sendo, contudo, impassíveis de mitigações à luz das peculiaridades de cada caso concreto, de forma a evitar que a prestação jurisdicional não esteja limitada a uma declaração formal de direitos.

Desse modo, após as considerações feitas, destacamos a conclusão adotada por Misael Montenegro Filho no que diz respeito a efetivação das tutelas antecipadas:

Em face das considerações, verificamos que a antecipação da tutela é ordinariamente efetivada (não executada) nos próprios autos do processo judicial no qual a decisão foi proferida, podendo gerar a adoção das medidas de apoio para forçar o réu a adimplir a obrigação específica (de dar, fazer ou não fazer), dispensando o aperfeiçoamento da citação, posto que não nos encontramos diante de uma execução como processo autônomo, como a execução por quantia certa apoiada em título executivo extrajudicial, que reclama a citação do réu para efetuar o pagamento da quantia disposta na inicial, o que deve ocorrer no prazo de três dias, sob pena de penhora de tantos bens quantos sejam necessários à segurança do juízo.⁵⁰

4. DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA O ESTADO

4.1 Da possibilidade de tutela antecipada em desfavor da Fazenda Pública

Com a alteração do art. 273, que passou a trazer a possibilidade de concessão de tutela antecipada de forma geral, passou a discutir-se a possibilidade de serem deferidas tais medidas em desfavor da Fazenda Pública.

Surgindo assim argumentos contrários e favoráveis a aplicação da tutela antecipada.

⁵⁰ FILHO, Misael Montenegro. **Curso de Direito Processual Civil Medidas de Urgência Tutela Antecipada e Ação Cautelar Procedimentos Especiais**. 9ª edição com anotação sobre o projeto do novo CPC. Volume 3. Editora Atlas S.A. São Paulo: 2013. p. 36

Marcus Vinicius Rios Gonçalves expõe em sua obra um desses argumentos contrários a concessão de tutela antecipada quando o réu for a Fazenda Pública:

O principal argumento contrário era: para produzir efeitos, as sentenças contra a Fazenda precisam passar pelo reexame necessário. Mas não era convincente, porque a tutela antecipada tinha o condão de antecipar os efeitos do ato judicial capaz de produzi-los, fosse ele a sentença de primeiro grau, fosse ele o acórdão. É certo que ela é concedida em primeiro grau. Mas também nos casos em que o juiz antecipava a tutela de pretensões que, se acolhidas por sentença, permitiriam a interposição de recurso com efeito suspensivo, o juiz de primeiro grau antecipava efeitos que só seriam obtidos após o acórdão.⁵¹

Ainda sobre o mesmo argumento, discorre Cassio Scarpinella Bueno:

Para os defensores da tese do não cabimento, o reexame necessário do art. 475 seria óbice intransponível à incidência do novel instituto. Se, como regra, nem a sentença proferida em desfavor da Fazenda pode surtir seus regulares efeitos senão depois de confirmada pelo Tribunal, não o poderia fazê-lo mera decisão interlocutória que, em última análise, anteciparia seus efeitos. Também não se poderia cogitar da tutela antecipada diante da regra do art. 100 da Constituição Federal, que impõe que todos os pagamentos em dinheiro devidos pela Fazenda sejam feitos por precatório ou, quando menos, por requisição de pequeno valor, exigindo-se em um ou outro caso de trânsito em julgado da decisão respectiva. Ainda dizia-se que o art. 1º, § 3º, da Lei n. 8.437/1992, ao vedar o cabimento de “cautelares satisfativas” contra a Fazenda, afastaria a incidência do art. 273, já que a tutela antecipada veio, declaradamente, para ocupar o lugar daquela medida.⁵²

Considerações feitas ao posicionamento contrário a antecipação da tutela em desfavor da Fazenda Pública, importante destacar que há muito a doutrina ensina entendimento contrário, não merecendo a argumentação transcrita prosperar. A tutela jurisdicional, em todas as suas manifestações (cognição, execução, cautelaridade), tem pressuposto constitucional, por esse motivo não pode lei infraconstitucional esvaziar o instituto.

A respeito das disposições legislativas a respeito da antecipação de tutela em desfavor da Fazenda, Marcus Vinicius Rios Gonçalves descreve hipóteses de não cabimento, vejamos:

⁵¹ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 3ª edição revistas e atualizada. Editora Saraiva. São Paulo: 2013. p. 705

⁵² BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso de Sistematizado de Direito Processual civil**. 4 edição ver e atual editora. Saraiva. p.118

No entanto, a antecipação da tutela contra a Fazenda adquiriu perfil distinto com as restrições que lhe foram impostas desde a edição da Lei n. 9.494/97 e agora pela Lei n. 12.016/2009, que trata do mandado de segurança. O art. 7º § 2º, da Lei n. 12.016/2009 determina que “não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza”. Essa proibição diz respeito às liminares em mandado de segurança, mas se estende às tutelas antecipadas dos arts. 273 e 461 do CPC, por força do § 5º, do art. 7º, da lei mencionada. Em decorrência da Lei n. 9.494/97, as tutelas antecipadas contra a fazenda Pública e seus agentes, que importe em outorga ou adição de vencimentos ou de reclassificação funcional, e o art. 4º atribui ao presidente do tribunal ao qual couber o recurso suspender a execução das liminares contra a Fazenda Pública e seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da própria pessoa jurídica interessada, “em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas”. Da decisão do presidente, cabe agravo inominado no prazo de cinco dias.⁵³

Verifica-se de fato existir restrições a concessão de antecipação de tutela contra a Fazenda Pública nos casos descritos em Lei, não significando uma restrição geral, nem exceção a regra as situações em que isso ocorra. A doutrina tem se inclinado para admitir a tutela antecipada, nos casos em que o objeto do processo não represente hipóteses de restrição legal.

Por muito, discutiu-se a constitucionalidade destas disposições, já que em casos de urgência o interessado não poderia ficar desprotegido, correndo risco de perecimento de seu direito. No entanto, O Supremo Tribunal Federal na ação declaratória de constitucionalidade 4/DF, reconheceu a constitucionalidade das situações impostas pelo art. 1º da lei n. 9494/97

Exceção ao caso apresentado é a disposta na súmula 729 do STF: “A decisão da ADC- 4 não se aplica à antecipação de tutela em causa de natureza previdenciária.”

⁵³ GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado. 3ª edição revistas e atualizada. Editora Saraiva. São Paulo: 2013. p. 705**

CONCLUSÃO

Diante a demora que havia muitas vezes das decisões definitivas, o autor acabava não visualizando realmente a justiça, mas sim um direito que nunca alcançavam os seus quereres de pedido da ação.

Surgindo daí uma idéia de aplicação de efetivação da tutela jurisdicional, aplicando o instituto da tutela antecipada, com o objetivo principal de abrandar as perdas nos processos tão demorados.

Este trabalho monográfico buscou os meios mais objetivos possíveis de uma apresentação de forma clara de entendimentos dos fatos relacionados e de todos os meios cabíveis para aplicação do instituto da tutela antecipada.

Assim, portanto, foi abordada a evolução histórica desse instituto, bem como apresentação de seu conceito e a elucidação de sua natureza jurídica. E ao termino desse capítulo, foram demonstrados os pressupostos da concessão da tutela antecipada, para uma concessão justa para ambas as partes no processo.

Não se pode deixar de destacar-se o dano irreparável ou o de difícil reparação, uma vez que é imprescindível a inobservância desses preceitos para a concessão da tutela antecipada.

Além disso, foi demonstrada a importância da fundamentação das decisões que concedem ou não a antecipação da tutela, uma vez que será necessário que seja bem fundamentada para que a parte que não concordar com decisão proferida, possa recorrer por seus fundamentos contra atacando o entendimento do juiz que proferiu a decisão. Por se tratar de decisão interlocutória sabemos portanto, que o recurso cabível será o recurso de Agravo, sendo ele na modalidade de instrumento, diante a urgência caracterizada do pedido.

Também foi sanadas as diversas dúvidas quanto a fungibilidade do recurso da tutela antecipada, com as cautelares, por ser um principio de grande utilidade no processamento dos autos, buscando esclarecer os diversos entendimentos conflitantes entre a aplicabilidade de um instituto para o outro.

Ficou demonstrado nessa pesquisa que se faz necessário o conhecimento da matéria, diante as necessidades de cada caso da aplicação da tutela antecipada, até mesmo para se questionar a aplicação ou não do Princípio da Fungibilidade.

Também, foi abordada a aplicação da tutela antecipada correta em outros procedimentos, uma vez que essa aplicação ficará limitada ao que o Código de Processo Civil autorize. Além disso, também foi aludido, das liminares específicas, uma vez que há procedimentos que determinam em seus próprios capítulos do código de Processo Civil, a aplicação no caso concreto. Ficando claro, portanto, que neste instituto há a cobrança de um conhecimento aprofundado para que possamos fazer do uso dele o mais correto possível, aplicando-o conforme é expressamente determinado em lei.

Portanto, a objetividade desse trabalho, foi buscar mais conhecimento sobre a aplicabilidade deste instituto, que tanto usamos no dia a dia, para que a parte carecedora de um direito possa resguardar com urgência, lhe sendo evitado um dano grave e de difícil reparação, buscando a antecipação do seu pedido para que não tenha de esperar com a demora da decisão final que será um dia proferido.

REFERÊNCIAS

Atualidades sobre o processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

ALVIM, José Eduardo Carreira. **Código de Processo Civil Reformado**. Edição. Editora Del Rey, Belo Horizonte: 1995.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Tutela Cautelar e Tutela Antecipada: Tutelas Sumárias e de Urgências (Tentativa de Sistematização)**. 1 edição. Editora Malheiros. São Paulo: 1998.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso de sistematizado de direito processual civil**. 4 edição ver e atual editora. Saraiva.

Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, Volume 5, Editora Delta.

FIGUEIREDO, Fábio Vieira. ALEXANDRIDIS, Georgios. FIGUEIREDO, Simone Diogo C. **Direito Civil**. 2 Edição Coleção OAB Nacional. Editora Saraiva. São Paulo: 2013.

FILHO, Misael Montenegro. **Curso de Direito Processual Civil Medidas de Urgência Tutela Antecipada e Ação Cautelar Procedimentos Especiais**. 9ª edição com anotação sobre o projeto do novo CPC. Volume 3. Editora Atlas S.A. São Paulo: 2013.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 3ª edição revistas e atualizada. Editora Saraiva. São Paulo: 2013.

JUNIOR, Humberto Theodoro. **Curso de Direito Processual Civil**. Volume II Processo de Execução e Cumprimento da Sentença Processo Cautelar e Tutela de Urgência. 46ª edição. Editora Forense, Rio de Janeiro: 2011.

LOPES, João Batista. **Tutela Antecipada no Processo Civil Brasileiro**. 2ª edição. Editora Saraiva. São Paulo: 2003.

MITIDIERO, Daniel. **Antecipação da Tutela Da tutela Cautelar à Técnica Antecipatória**. 2ª edição revistas, atualizadas e ampliada. Editora Revistas dos Tribunais, Porto Alegre: 2014.

NEGRÃO, Theotônio. GOUVEA, José Roberto F. BONDIOLI, Luis Guilherme A. **Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor**. 42 edição atualizada e reformulada. Editora Saraiva, São Paulo: 2010.

Nelson e Rosa Nery, CPC comentado, artigo 273, nota 6.

VAZ, Paulo Afonso Brum. **Manual da tutela antecipada: doutrina e jurisprudência**. Edição. Editora Livraria do Advogado, Porto Alegre: 2002.

ZABASCKI, Teori Albino. **Antecipação da Tutela**. 3ª edição revista e ampliada. Editora Saraiva. São Paulo: 2003.